1 **ATA 2615ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA** Aos vinte e oito dias do mês de
2 setembro do ano de 2016, às nove horas e cinquenta minutos, teve início em sua Sede,
3 na Praça da República, nº 53, a segunda milésima sexcentésima décima quinta Sessão
4 Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Educação, sob a Presidência da
5 Conselheira Bernardete Angelina Gatti. Compareceram os Conselheiros Ana Amélia
6 Inoue, Débora Gonzalez Costa Blanco, Décio Lencioni Machado, Francisco Antonio
7 Poli, Francisco José Carbonari, Guiomar Namó de Mello, Hubert Alquéres, Jacintho Del
8 Vecchio Júnior, Jair Ribeiro da Silva Neto, João Otávio Bastos Junqueira, José Rui
9 Camargo, Luís Carlos de Menezes, Maria Elisa Ehrhardt Carbonari, Maria Lúcia Franco
10 Montoro Jens, Priscilla Maria Bonini Ribeiro, Roque Theóphilo Júnior, Rosângela
11 Aparecida Ferini Vargas Chede, Sylvia Figueiredo Gouvêa e Rose Neubauer. **01.** A Ata
12 de nº 2613 de 14/09/2016 foi aprovada por unanimidade. **02.** Justificaram a ausência
13 as Conselheiros Francisco de Assis Carvalho Arten, Ghisleine Trigo Silveira, Laura
14 Laganá e Maria Cristina Barbosa Storópoli. **03. AVISOS E COMUNICAÇÕES DA**
15 **PRESIDÊNCIA:** a) no próximo dia 07 de outubro, a Associação Paulista de Fundações
16 promoverá a cerimônia de entrega “Prêmio Pedro Kassab 2016”, no Espaço
17 Sociocultural CIEE – Rua Tabapuã, 445, em São Paulo/SP, ocasião onde serão
18 agraciados a instituição Laramara – Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente
19 Visual, na categoria pessoa jurídica e o Maestro João Carlos Martins, na categoria
20 pessoa física. Na oportunidade será debatido, em formato de Mesa Redonda, o tema
21 “**Reforma da Previdência e o Reflexo na Filantropia**”, com o objetivo de contribuir e
22 propor soluções para as discussões sobre a reforma da previdência e a contrapartida
23 das entidades filantrópicas; b) encaminhada por e-mail cópia da Proposta de Indicação
24 e Projeto de Deliberação, para discussão e votação na Sessão Plenária do próximo dia
25 05 de outubro: Proc. CEE nº 697/85, relatado pelo Conselheiro Francisco Antônio
26 Poli/CEB, que *Altera dispositivos da Deliberação CEE Nº 138/2016*; c) por solicitação
27 da Senhora Presidente será discutida, no expediente desta sessão, a Medida
28 Provisória referente ao Ensino Médio. A **Senhora Presidente** interrompeu os “Avisos
29 da Presidência” e convidou os Senhores Marco Antonio Castelo Branco, assessor do
30 senhor Governador do Estado, Geraldo Alckmin; André da Costa Silva, representante
31 da Secretaria de Educação, diretor Técnico do TI (CIMA); e senhora Cláudia Fígaro
32 Garcia, psicanalista e psicóloga que atua no Projeto Caminho de Volta da USP, para
33 ocuparem seus lugares à Mesa, para falar sobre o **Projeto de Localização de**
34 **Crianças Desaparecidas**. Em seguida, passou a palavra ao senhor André da Costa
35 Silva para falar sobre o Projeto que foi aprovado pelo Decreto 58.074 de 25 de maio de
36 2012, e para falar da importância da captação de fotos na prevenção ao
37 desaparecimento de crianças e adolescentes. Disse que esse projeto tem o apoio das
38 Secretarias de Estado: Casa Civil, Educação, Segurança Pública, Saúde, Justiça e
39 Defesa da Cidadania, Direitos da Pessoa com Deficiência, Esportes, Lazer e
40 Juventude, e Desenvolvimento Social Esportes; da Sociedade Civil através da ONG
41 Mães em Luta e da Universidade (FMUSP) com o Projeto Caminho de Volta. O
42 **Parágrafo único** (do Decreto) diz: - Constituem objetivos do programa a que se refere
43 o "caput" deste artigo: ações de prevenção; 2) mecanismos de identificação; 3) busca e
44 localização; 4) apoiar as famílias; e 4) veicular campanhas de: a) de conscientização;
45 b) obtenção do RG; e c) divulgação das imagens de desaparecidos. No **Artigo 4º** - A
46 Secretaria da Segurança Pública implantará o "Cadastro Único das Crianças e dos
47 Adolescentes Desaparecidos do Estado de São Paulo". § 1º - O cadastro de que trata o
48 "caput" deste artigo será formado: 1. pela base de dados de crianças e adolescentes
49 cujo desaparecimento tenha sido registrado em órgão de segurança pública estadual;
50 2. por sistema computadorizado de envelhecimento de imagens, que permita simular a
51 aparência real de crianças e adolescentes desaparecidos; 3. por fotografia digitalizada
52 de crianças e adolescentes obtidas quando da inscrição, registro, matrícula ou sua
53 renovação, nas instituições públicas estaduais. A **Comissão** entende que este

1 Conselho pode ajudar em 4 frentes: frente 1: Inovar e modernizar – Normatizar a
2 Coleta de Fotos em Todas as Escolas do Estado de São Paulo dentro da Plataforma já
3 existente na pasta (Secretaria Escolar Digital); frente 2: Garantir que as fotos sejam
4 atualizadas todos os anos; frente 3: Garantir o Intercambio de Informações com os
5 demais Órgãos do Estado; e frente 4: Atuar nas campanhas de informação sobre
6 desaparecimento de Crianças, conscientizando todo o Ecosistema Educacional, na
7 importância do tema. Fez parte da apresentação, também, a senhora **Vera Lúcia**
8 **Ranu**, de 53 anos, fundadora e presidente da ONG Mães em Luta e mãe de Fabiana
9 Renata Gonçalves, que está desaparecida há mais de 20 anos. Ela contou que
10 encontrou em sua própria história a motivação para ajudar outras famílias a lidar com a
11 realidade de um "desaparecimento". Em seguida, a palavra foi franqueada aos
12 Conselheiros, para considerações e sugestões sobre o projeto apresentado.
13 Manifestaram-se os Conselheiros Francisco José Carbonari, Hubert Alquéres, Sylvia
14 Figueiredo Gouvêa, Rose Neubauer e Maria Lúcia Franco Montoro Jens, todos no
15 sentido de cumprimentar a equipe pelo trabalho desenvolvido e principalmente pelos
16 resultados alcançados. A **Consª Maria Lúcia Franco Montoro Jens** questionou qual a
17 principal causa que leva a criança e o adolescente a abandonarem seus lares. A
18 senhora Cláudia respondeu que são vários os motivos mas o principal tem sido o
19 conflito familiar. A própria entrada na adolescência, a dificuldade no relacionamento
20 entre os pais e os filhos, as más companhias, as drogas, etc., são os principais motivos
21 que levam ao desaparecimento. A **Consª Rose Neubauer** disse que esse projeto é de
22 extrema relevância; parabenizou a abertura que as diferentes instituições deram a ele;
23 e sensibilizou-se com a senhora Vera Lúcia Ranu e com todas as pessoas que passam
24 por essa situação extremamente desumana e angustiante. A **Consª Sylvia Figueiredo**
25 **Gouvêa** disse que levará o assunto até as escolas particulares. O **Cons Hubert**
26 **Alquéres** questionou se o CEE poderia, de alguma forma específica, contribuir com o
27 projeto. A senhora Presidente comentou que talvez fosse o caso do Conselho Estadual
28 de Educação se manifestar através de uma Indicação. O senhor André da Costa Silva
29 disse que precisariam de uma Deliberação ou de uma Indicação que obrigasse,
30 principalmente as escolas particulares e as municipais, já que com as escolas públicas
31 é bem mais fácil conseguir, a colaborarem no intercâmbio de informações de
32 fotografias, sendo isso um instrumento para centralizar essas fotos num só lugar e
33 depois ficaria mais fácil para encaminhá-las à Secretaria de Segurança Pública. A
34 Senhora presidente agradeceu a presença dos senhores expositores, da senhora Vera
35 Lúcia e colocou o Conselho à disposição para o que for necessário. OBS: a gravação,
36 na íntegra desta apresentação encontra-se com a secretária do Pleno. Em seguida a
37 **Senhora Presidente** colocou em discussão a **Medida Provisória referente ao Ensino**
38 **Médio**. A **Consª Rose Neubauer** assim se manifestou: "Acho que houve uma certa
39 precipitação nessa Medida Provisória, mas de todo modo acho que a temática do
40 Ensino Médio tinha que ser trazida de qualquer forma. É muito importante que, à
41 medida que sai uma MP, todos os meios de comunicação de massa e toda a sociedade
42 se manifeste. A Professora **Maria Helena Guimarães de Castro**, se manifestou,
43 ontem, e disse que na 1ª metade do Ensino Médio, a Educação Física e a Arte
44 continuam obrigatórias. Já era esperado que o Sindicato de Educação Física iria se
45 manifestar de forma muito forte, porque nós, da CES, fizemos uma Deliberação que diz
46 que os professores de Educação Física não precisam fazer parte do Sindicato e eles
47 criaram caso. De todo jeito, acho que a Educação Física e a Educação Artística são
48 disciplinas muito interessantes para os jovens, na medida em que o Ensino Médio tem
49 sido considerado muito chato pelos jovens, aliás, para os jovens de hoje a escola em
50 geral é considerada muito chata. Acho que através da Educação Física e da Educação
51 Artística você pode fazer trabalhos muito interessantes com os jovens e transformar a
52 escola mais atrativa. Quando olhei esses dados de Pernambuco, concordo que vem
53 fazendo um trabalho interessante, mas precisa ser analisado com cuidado. Olhando

1 distorção idade x série em Pernambuco, no Ensino Médio, é da ordem de 31%, ou seja,
2 as crianças e os jovens estão tendo muita dificuldade para chegar ao Ensino Médio.
3 Pernambuco teve uma colocação boa porque de todo jeito eles estão tendo o índice de
4 reprovação e evasão, o fluxo é considerado significativo. Se olharmos o fluxo, a
5 reprovação e evasão do Ensino Médio em Pernambuco, ele é menos do que em SP.
6 Ele é de 12%, enquanto em SP é de 14%. Em compensação, nos anos iniciais e finais
7 do Ensino Fundamental, a evasão e a retenção é muito alta. Nos anos iniciais do
8 fundamental, a evasão e a retenção em Pernambuco é de 13% e em SP é de 1,3%.
9 Nos anos finais do fundamental, a evasão e a reprovação de Pernambuco foi de 14%,
10 e de SP 6,5%. É lógico que Pernambuco está fazendo uma enorme seleção e uma
11 enorme não democratização de quem chega no ensino médio. Quem está chegando no
12 Ensino Médio, não é como está acontecendo aqui em SP, que está chegando 75% da
13 faixa líquida, enquanto em Pernambuco não chega a 50%. Não quero desmerecer de
14 forma alguma o que está acontecendo em Pernambuco, mas quero deixar claro que a
15 realidade de Pernambuco é muito diferente da realidade de SP. São Paulo ter a mesma
16 nota que Pernambuco significa que SP fez a lição de casa. Estão chegando em SP
17 75% das crianças com a faixa etária correta e estão chegando crianças dos diferentes
18 níveis socioeconômicos. Ainda SP deve para sua população baixar essa faixa de
19 repetência e evasão, porque 14% no Ensino Médio é alto para SP que tem só 7% nos
20 anos finais e 1,6% nos anos iniciais. Em Pernambuco, diferente de SP, a taxa de
21 Ensino Médio municipal é de 21%, é absurdo. Em SP é 9,5%, têm muitas escolas de
22 Ensino Médio em vários lugares. Temos que tomar cuidado. Vamos com calma.
23 Pernambuco não pode ser modelo para SP, mas SP pode ser modelo para
24 Pernambuco. SP está fazendo uma educação muito mais democrática, mais igualitária
25 e dando muito mais oportunidade para sua população. Pernambuco tem 12 mil alunos
26 acima de 25 anos. No Ensino Médio tem uma população de 360 mil alunos. São Paulo
27 tem 1 milhão e 800 mil alunos no Ensino Médio, é mais do que a região sul e região
28 nordeste juntas. Quando se olha um dado, também tem que ser olhado o que está
29 acontecendo no conjunto, porque senão você acaba ficando com uma ideia idealizada
30 e parcial. Cumprimento Pernambuco por ter melhorado seus dados, mas enquanto não
31 melhorar seus dados de evasão e reprovação, não é modelo para ninguém. A
32 **Presidência** comentou que “as discussões que não se tornam objetivas olhando as
33 diferenças de grandezas entre as ações, as vezes fica difícil atribuir valor adequado a
34 quem é de direito. Nos debruçamos sobre dados e a coisa mais importante que temos
35 em Educação e poucos fazem isso porque aí saímos da mera opinião e da casuística”.
36 A **Cons^a Guiomar Namó de Mello** assim se manifestou: “Começaria dizendo: Por que
37 por uma Medida Provisória? Essa foi a primeira pergunta que eu me fiz. Porque há
38 quatro anos existe um Projeto de Lei tramitando no congresso dentro dessa mesma
39 linha de reforma do ensino médio e não há quem consiga fazer o nosso congresso
40 botar para frente. É muito importante que as pessoas saibam porque vem uma crítica:
41 não pode ser medida provisória. O debate faz quatro anos que está tramitando do
42 congresso nacional. Ao contrário, a Medida Provisória que está nos obrigando a entrar
43 no debate, é importante. Não dá para ficar com este discursinho que não teve debate,
44 claro que teve debate! Faz 4 anos! Porque não fomos lá no Congresso Nacional fazer
45 debate, até para dizer para eles aprovem, desaprovem, emendem, façam alguma
46 coisa, mas façam. Eu quero registrar isso. Segunda coisa que eu acho: é que a gente
47 tem que observar a questão do ensino médio em relação a essa medida, ela não é
48 perfeita, mas tem vários pontos que eu gostaria de modificar, mas acho que toda vez
49 que discuti um assunto como este, nós temos que começar dizendo ‘estamos trocando
50 o motor que está no ar’. Toda reforma, principalmente na área de educação, que mexe
51 com a regularização, vai gerar conflitos e enorme confusões. Quem quiser entrar com
52 bandeira branca desde o início neste tipo de discussão desista, porque não vai ter
53 mudança sem conflito. No Brasil, sobretudo do modo como nós somos polarizados é

1 muito difícil - vai ter dificuldades. Estamos trocando esse avião assim. Ex: sempre
2 dissemos que os componentes de Arte, Educação Física eram obrigatórios na
3 educação básica. Nunca ninguém disse que era matéria, nunca ninguém disse que era
4 disciplina, disse que era componente. Depois dentro do componente de arte, nós
5 resolvemos tornar obrigatório a música, que é um caso estranho - a música é
6 duplamente obrigatória. Ela é obrigatória porque está em arte e obrigatória por ser
7 obrigatória. Me lembro quando eu estava fazendo as diretrizes do ensino médio, o
8 maestro Júlio Medalha, que se dizia amigo do Presidente, se não colocar a música
9 como obrigatória eu vou falar para o Presidente fazer uma Medida Provisória. Aí, então,
10 colocamos. O lobby funcionou. A grande novidade desde 1997 - nós temos área no
11 ensino médio. Queria deixar bem claro isso. Não acabou com a Educação Física e com
12 a Arte porque tem área. Acabou no ensino médio porque introduz a estrutura de área,
13 como introduz a estrutura de área não pode manter uma obrigatoriedade, você vai ter
14 que ver dentro das áreas o que vai acontecer. A Educação Física e Artes estão dentro
15 da área de linguagens, óbvio desde 1997, fica essa celeuma de que acabou com a
16 Educação Física e Arte, não acabou, simplesmente mudou o paradigma curricular,
17 mudar um paradigma curricular pela metade como foi feito isto vai a minha crítica ao
18 Processo se fosse andar com a Base Nacional Comum ia ficar claro com a Base
19 Educacional Comum que está aí para todo mundo ver se quiser que já no ensino
20 fundamental a Educação Física e Artes está dentro da área linguagem, é outro
21 paradigma curricular é outro motor que o avião vai ter e nós estamos trocando pela
22 metade, metade do avião ficou com um motor e a outra metade ficou com outro motor e
23 é assim, política pública pelo jeito é assim mesmo, não adianta a gente ficar com esse
24 tipo de observação, eu acho que nós temos problemas com essa Medida Provisória de
25 outra natureza é de como nós vamos prover a implementação disso, esse é o grande
26 problema, esse é o grande debate, e sobre esse encantamento com o ensino integral,
27 tendo como modelo o estado de Pernambuco que a Cons^a Rose tão objetivamente já
28 deu conta disso. Nós temos que ter muito cuidado em exportar de Pernambuco para o
29 mundo, como existe uma rádio em Pernambuco que gosta muito de falar o ensino
30 integral porque o Brasil não tem condições de oferecer ensino médio em tempo
31 integral. Nós temos que andar por aí é no debate das questões substantivas está
32 mudando o paradigma curricular, na medida que muda o paradigma curricular, nós
33 temos uma coisa velha andando com toda sua árvore de natal, certamente o art. 26 da
34 LDB que é o artigo da árvore de natal do currículo da educação básica, vai ter que ser
35 modificado porque vem aí a Base Nacional Comum, ela vem por lei, ela terá de uma
36 certa maneira também regulamentar de novo a Lei Complementar que é a LDB nós
37 teremos que ver uma mudança de conjuntos das coisas enquanto essas mudanças de
38 conjuntos das coisas não aparece nós vamos mancar mesmo, vai ser perneta porque
39 nós estamos na fase de transição. São essas observações assim de conjunto que eu
40 gostaria de fazer, eu acho que tem uma questão importante a ser debatida aí que é
41 quando houver a Base Nacional Comum qual é a presença dela no currículo e como é
42 que nós vamos garantir que a Base Nacional Comum seja 100% e não 50%, 70% ou
43 que for. Nós temos que acabar com essa mania de fazer currículo por porcentagem no
44 Brasil e acho que esses debates substantivos é que são importantes". A **Cons^a Sylvia**
45 **Figueiredo Gouvêa** assim se manifestou: "Faço minhas todas as palavras da
46 Conselheira Guiomar. Qualquer coisa em Educação, leva no mínimo dez anos para ser
47 implantada e a ideia da MP sacudiu o assunto que estava totalmente adormecido". A
48 **Cons^a Maria Lúcia Franco Montoro Jens** disse: "Inicialmente tive o maior entusiasmo
49 em relação ao projeto principalmente sabendo de sua procedência à qual muito
50 respeito. Posteriormente, ouvi muitas críticas. A MP, por exemplo, está sendo
51 combatida e utilizada pela oposição como bandeira para caracterizar o autoritarismo.
52 Outro objeto de críticas é a desvalorização do professor, pois ele poderá ser substituído
53 por pessoas de "notório saber". Há também o problema do ENEM que foi uma

1 conquista e com esta proposta poderá desaparecer. Outra indagação é em relação ao
2 currículo. Como defini-lo sem antes estar estabelecida a BNCC ? Diante destas
3 avaliações negativas sinto necessidade de termos uma visão mais ampla e abrangente
4 do problema. Creio que a Conselheira Ana que participou do processo e o Conselheiro
5 Menezes que escreveu um artigo muito elogiado podem nos esclarecer melhor até para
6 uma eventual crítica dos elementos a ser modificados". O **Cons. Luís Carlos de**
7 **Menezes**: manifestou-se dizendo "Bom, acho que o principal mérito dessa medida foi
8 levantar a questão – o Ensino Médio está chamando, necessariamente, um debate
9 mais profundo pelo seu desempenho pífio, pela evasão, etc. E então, ter chamado a
10 questão já é um mérito importante. É claro que olhar, mexer numa lei que levou oito
11 anos para ser feita e receber um monte de emendas – a LDB vem da Constituição de
12 88 e promulgada em 96 – é uma coisa muito complicada. E mexer rapidamente, por
13 medidas provisórias, é difícil fazer isso de uma maneira a prova de críticas. Então há
14 méritos nisso, e mais, a flexibilização do Ensino Médio não surgiu por vontade
15 arbitrária, ela vem pautada em demandas dos secretários de Educação, e isso quer
16 dizer que o papel do Consed é absolutamente essencial. Então, eu digo isto para dizer
17 que há méritos nessas iniciativas e ela promove um debate. Eu tenho um enorme
18 apreço pela Maria Helena Castro e o pessoal que está hoje tocando essas coisas e
19 revendo a Base Nacional Comum, e com os amigos a gente dialoga e discorda e não
20 combate. E eu estou dizendo isso para expressar uma primeira visão de que é
21 importante lidar com o Ensino Médio e lidar com força com o Ensino Médio. No entanto,
22 há, ao meu ver, equívocos na proposta e precisa de uma revisão antes que isso vire lei
23 ou seja consolidado. Tenho, a despeito de ter contribuído para sua elaboração, tenho
24 fortes críticas à BNCC na sua segunda versão. Aliás, um texto um pouco mais extenso
25 sobre isso, mostrando o que tem que ser mudado, eu mandei, antes de publicar, para a
26 própria Maria Helena Castro, para a Maria Inês Fini, para o Ruciele e para alguns
27 membros do Conselho Nacional de Educação. Então, no que toca ao Ensino Médio, há
28 problemas sérios na Base. Você tem uma História que não lida com História Clássica,
29 nem antiga, e então o Ensino Médio está centrado na História Contemporânea
30 sobretudo na região Central do Brasil e da América Latina e isso empobrece, quer
31 dizer, confina a compreensão da História ao Ensino Fundamental e deixa a Sociologia
32 praticamente órfã. Então, a Base tem que ser revista, particularmente no Ensino Médio.
33 Só que ela é mencionada antes que nós a conheçamos. Essas coisas têm que ser
34 revistas e esses argumentos têm que ser levados em conta. Há uma definição que a
35 BNCC não pode ocupar mais do que 1.200 horas. Desde já isso significa reduzir em
36 50%, porque hoje são 2.400 horas. Quando nós pensarmos – isso é Plano Nacional de
37 Educação – que dentro de algum tempo, dentro de 8 anos, digamos, ela alcance 1.400
38 horas por ano, a base será reduzida a pouco mais do que 1/4 do tempo. Então, há uma
39 menção a Base, que ainda não está definida, e ela é reduzida a 1/4 do tempo. É claro
40 que esse 1/4 do tempo vai incluir elementos da Base – a própria Arte, Educação Física
41 etc. O que tiver de Arte fica restrito a esse 1/4 do tempo quando se tiver numa escola
42 de tempo integral daqui alguns tantos anos. Ora, tenho convivido com escolas que são
43 de tempo integral, com sete horas por dia, e nelas é absolutamente essencial esportes,
44 teatros, participação coletiva nas produções criativas. Então você amplia o Ensino
45 Médio – e esse é um desejo e é natural – e restringe atividades que são absolutamente
46 essenciais numa escola de tempo integral, para uma formação integral. Estou fazendo
47 possíveis interpretações que o texto da MP permite e podem haver interpretações
48 contraditórias, e eu estou trazendo isso. Digamos que os 3/4 ou um pouco menos do
49 que isso que não tiverem associada diretamente à Base, estejam voltados à formação
50 profissional. A maior parte das ocupações, numericamente, estão ligadas a serviços,
51 comércio, etc, onde a sensibilidade estética e de formação na Arte é absolutamente
52 essencial. E se isso for restrito ao 1/4 que virou a BNCC, nós temos, de novo, uma
53 distorção". A **Consª Guiomar Namó de Mello** pediu um aparte e disse "Acho que a

1 coisa não é por aí, porque depois que você tem uma BNCC, e eu concordo que, aqui
2 neste debate nós temos que discutir se ela é de 1.200, 2.400, qual é o tamanho dela, o
3 problema é que a flexibilização tem que abrigar diferentes vocações escolares, uma
4 delas, certamente, é será mais voltada para Arte e Educação Física do que outras, e
5 depende muito da aptidão e do apetite da própria clientela, certo? Então ninguém vai
6 proibir que exista Arte ou Educação Física. Não está proibido. Eu quero saber qual é a
7 Escola que nós temos condição de dizer: 'Está proibido dar aulas de Educação Física'.
8 Não há possibilidade de fazer isso. Quando nós temos uma BNCC, onde consta a Arte
9 e a Educação Física, e depois diferentes vocações escolares, uma flexibilidade - de
10 repente eu tenho uma escola que só vai querer essa performance, como eu tenho em
11 Nova Iorque, de repente eu tenho uma escola onde os meninos querem fazer
12 edificações e não querem fazer Educação Física, aliás, é comum entre os
13 adolescentes, eles não querem fazer Educação Física, certo?! Quer dizer, tem meia
14 dúzia que gosta de esporte e os demais gostam de outras coisas, de outros esportes e
15 não é desse. Então, não há nenhuma possibilidade de que desapareça isso". A
16 **Presidência** disse que deixaria a Cons^a Guiomar inscrita para retornar o assunto
17 porque é muito importante a discussão da nova visão curricular. Continuando o **Cons.**
18 **Luís Carlos de Menezes** disse: "Como Medida Provisória, a impressão que se tem,
19 quando se faz uma MP, é que se está lidando com algo de urgência e curto prazo, quer
20 dizer, é bom que se chame a questão, mas você tem com o curto e com o médio prazo.
21 Eu estou pegando elementos que são da MP e que apontam para o longo prazo, que
22 apontam para daqui oito anos, quando tivermos todas as escolas de Ensino Médio em
23 tempo integral e eu vejo descompassos nesse olhar. Vale a pena lembrar a Lei 5692,
24 de triste memória, que propôs um Ensino Médio profissionalizante e que propôs uma
25 farsa porque não havia como implementar, não tinha professora e tradição para isso,
26 etc. Então, como eu acho que a intenção é correta e o conjunto de forças que levaram
27 a isso tem uma intenção boa, eu acho que ela tem que ser revista para que a intenção
28 se cumpra e não se frustrar". O **Cons. Francisco Antonio Poli** pediu um aparte e
29 disse: "realmente é isso que está escrito lá, mas tanto o senhor, como a Ana Inoue e os
30 colegas que têm participação mais direta nessa discussão, não seria isso daí um erro
31 de redação? Porque não faz sentido colocar que passa de 800 para 1.400 horas anuais
32 e depois dizer que a carga horária total – obrigatória da BNCC – não ultrapassa 1.200
33 horas. Dá para imaginar que sejam 1.200 horas anuais e não total. É o que está
34 escrito, mas vocês têm ideia do que isso seja? Só mais uma coisa que eu queria
35 acrescentar é o seguinte: se falou tanto de MP e todos os senhores devem estar
36 sabendo que já há uma ação lá no STF questionando a inconstitucionalidade da MP,
37 por não se tratar de matéria urgente e nem relevante. Então é bem por aí. O que é
38 Educação no Brasil? Não é nem urgente e nem relevante? Essa informação eu gostaria
39 de ter". A **Cons^a Ana Amélia Inoue** informou: "não temos a menor condição de saber
40 se foi um erro ou não. O fato é que a MP está posta e temos que discutir e apresentar
41 emendas e tentar corrigir. Sem dúvidas nenhuma, o debate é muito bom e as pessoas
42 se colocarem é o que está acontecendo de melhor e esta é uma urgência que está
43 tendo. O que quero ressaltar sobre a MP é que esse Projeto de Lei, como já foi dito
44 aqui, uma parte foi feita em cima do Projeto de Lei 6840, que está tramitando desde
45 2013, na Câmara. Está na ordem do dia mas não é relatado. O Ministério da Educação
46 pediu urgência na votação em junho. O pedido de urgência nem sequer foi apreciado,
47 mas essa é uma informação que precisa constar aqui, para que não se pense que, de
48 repente, se teve a ideia de se fazer uma Medida Provisória e não foi assim que
49 aconteceu. Estamos num momento político que é muito tenso e não sei se já houve um
50 momento igual a esse na história do Brasil. Tendo este sido discutido, analisado e
51 avaliado, nesse viés, os prós ou contras, mas o assunto mesmo que precisa ser
52 discutido, que é a reformulação do Ensino Médio, fica muito contaminado. Acho isso
53 um problema, um risco, uma coisa muito ruim de acontecer porque de todos os lados

1 estão criticando e eu queria tentar tirar todas essas coisas. A questão da Educação é
2 que tudo que se faz de errado na Educação, pagamos um preço muito por muitos anos.
3 O esforço que temos que fazer no momento é real e tentar olhar tudo o que está
4 acontecendo e filtrar o que é bom. Este assunto de Reformulação do Ensino Médio
5 vem desde 2013 e foi muito discutido dentro do Ministério da Educação na gestão do
6 Aluísio Mercadante. Quem propôs esta MP é o deputado Reginaldo Lopes que é um do
7 PT e o relator é o deputado Wilson Filho, do PTB do RG do Norte. Esse assunto foi
8 pauta e discutido dentro do Consed. O Consed emitiu um substitutivo para esse Projeto
9 de Lei que também foi muito discutido, foi levado ao Ministério. O Manuel Palácios
10 participou de todas as reuniões. Tudo isso tem que ficar destacado para não se pensar
11 que tudo isso é uma coisa do Ministério da Educação que nasceu de hoje. Quando a
12 Maria Helena e o Ministro Mendonça Filho entraram, eles procuraram dar sequência a
13 um debate que já vinha acontecendo. É pertinente falar que o MEC não envolveu os
14 alunos. A Câmara dos Deputados fez várias audiências públicas com a presença de
15 representantes de alunos, mas talvez tenha sido pouco, mas o que não quer dizer que
16 não tenha sido feito nada. É interessante ressaltar que é um processo que já vem vindo
17 da outra gestão. Muitas das coisas que foram colocadas ali são coisas que já foram
18 lidadas na gestão do Aluísio e prosseguiram aqui. Uma outra coisa que temos que
19 entender é que essa MP tem problemas sim, mas está colocando em pauta um grande
20 problema que nós temos que é o seguinte: o Brasil não tem uma política para a
21 juventude. Os alunos entram no Ensino Médio e nós temos um modelo único de Ensino
22 Médio, que é voltado para a universidade, para o vestibular, que é tudo igual. Desses
23 jovens, 18% a 20% ou 33% como prevê o PNE vão para a universidade, e os outros
24 67% estão fora. No dia seguinte não tem nada pra eles. Então a gente admite que o
25 Brasil é um país onde o jovem entra no mercado de trabalho a partir dos 22 anos de
26 idade. O problema é que não tem nenhuma proposta para eles. Certamente só terão o
27 subemprego. Se essa questão não é urgente, então eu não sei o que é. Qual é o
28 projeto da nação que é possível sonhar e ter, se você pega 83% dos jovens da nação e
29 não oferece nada para eles? Esse Projeto de Lei tenta trazer para o Ensino Médio e
30 lidar com essa realidade e a realidade é que não temos uma política para a juventude.
31 Estamos tentando resolver tudo até o final do ensino médio. Uma parte passa para o
32 ensino médio que é o ensino médio propedêutico de tudo para todo mundo. Acho que a
33 intenção de todo mundo é boa, pois quem está definindo isso está defendendo a
34 equidade, está preocupado legitimamente em diminuir as desigualdades que são muito
35 grandes. A gente corre o risco de ter uma desigualdade aumentada se não cuidarmos
36 muito bem de um ensino médio que tenha flexibilidade e opções formativas
37 diferenciadas porque daí sim você pode dar força mais para uma coisa do que para a
38 outra e daí sim você corre o perigo. Na verdade, tem muitos riscos mas como está, não
39 dá pra continuar. A proposta da Educação Profissional que traz e que já tem muitas
40 críticas porque acham que vai gerar um ensino de segunda classe, coisa que discordo,
41 porque acredito que os jovens têm que ter para se apoiar e, inclusive, dar continuidade
42 aos estudos. Uma das coisas que essa MP tem e que inclusive participei da discussão
43 do PL 6840 e que defendi muito forte, foi que houvesse um reconhecimento dos
44 “saberes” que forem obtidos na Educação Profissional, que sejam reconhecidos no
45 curso superior. Isso sim será uma iniciativa para a continuidade de estudos. Uma outra
46 coisa que propus, também, e que o Aluísio havia gostado da ideia é de propor um
47 bônus para quem fizesse a Educação profissional para continuidade dos estudos no
48 Ensino Superior. Devemos estimular todos a estudar e a continuar estudando e seguir
49 adiante. O curso técnico que está sendo oferecido é uma abertura para isso. Na
50 proposta do PL, que virou uma MP, são 5 trilhas, sendo 4 acadêmicas e uma trilha para
51 o Ensino Profissional e essa trilha do Ensino Profissional tem esse reconhecimento é
52 alguma coisa que vai poder seguir adiante”. A **Cons^a Rose Neubauer** assim se
53 manifestou: “Temos que ter cuidado, porque temos uma história muito ruim de ensino

1 profissionalizante no nosso país. O Cons. Menezes colocou e eu acho que a nossa
2 geração viu essas vocações profissionalizantes serem absolutas e achincalhadas.
3 Você não consegue dentro de um sistema público ter o ensino técnico de melhor
4 qualidade. Você tem Curso de Secretariado, de Contabilidade, cursos para os quais
5 não há necessidade de nenhum equipamento e que poderia ser feito a distância.
6 Herdamos uma secretaria que tinha um monte de professores de Corte e Costura –
7 fizeram um curso profissionalizante de Corte e Costura e depois não tinha o que fazer
8 com essas pessoas. Quando foi feita a reforma do Ensino Médio, na administração de
9 Paulo Renato, havia uma ideia de que o aluno que está entrando, e se ele estiver
10 entrando na idade correta de 15 a 17 anos, no Ensino Médio, nós estamos
11 completando a formação do cidadão, porque senão dá uma impressão de que o que
12 fizemos há 20 anos atrás, foi ilusão. Vínhamos de uma experiência dos anos 70/80 de
13 ensino profissionalizante, que tinha sido um desastre local e que a maior parte das
14 escolas fazia um arremedo do ensino profissionalizante. São redes muito grandes-só
15 em São Paulo são 1.800.000 alunos, e não dá para desconsiderar esse tamanho de
16 rede. Havia uma proposta de um ano de profissionalizante pós-médio, que nós na SEE
17 levamos a sério e foi implantada para mais de 200.000 alunos até estimularam esses
18 alunos a ficarem na escola, porque que não abandonasse a escola e fosse de nível
19 econômico mais baixo, tinha prioridade para fazer o pós-médio no SENAI, SENAC,
20 com instituições que iriam dar uma formação profissionalizante de verdade. Tenho um
21 pouco de medo das disposições alternativas: primeiro porque a escola não tem essa
22 flexibilidade de contratar professores assim. Tem uma sistemática muito complicada
23 dentro do complexo da escola. Se eu não tiver cuidado posso ao invés de enriquecer a
24 formação de algumas clientelas, empobrecer. Porque daí você põe instituições
25 absolutas e despreparadas, ofertando aulas de coisas que eles acham importantes e
26 que os alunos ficam entusiasmados. Temos que repensar o ensino médio, temos que
27 repensar o que queremos fazer (e aqui eu vou fazer uma provocação para o Menezes)
28 quer dizer eu acho que tem determinados conteúdos que interessam para nós,
29 intelectuais, mas eu não sei se o menino que está lá precisa daquela sofisticação.
30 Explico, quando eu estudei História, não chegava na História do Brasil. Eu tinha que
31 estudar tanto sobre a história da formação de Roma, do Egito, que não conseguia
32 chegar na América Latina. Acho importante discutir o Ensino Médio, mas precisamos
33 ter um pouco de calma para não jogarmos a criança fora com a água do banho”. A
34 **Consª Ana Amélia Inoue** pediu um aparte e disse: “Concordo que essa é uma questão
35 com a qual temos que tomar cuidado. É um risco que estamos correndo. Gostaria de
36 dizer o seguinte: a gente deveria começar a defender a ideia e implacar numa coisa
37 forte-equidade não é uma coisa ideológica como até hoje vem sendo tratada. A
38 equidade é uma pauta de desenvolvimento, de decência para o país inteiro. Todo
39 mundo vai ficar bem. A elite vai melhorar. Não temos um projeto de desenvolvimento
40 que seja possível para 16% da população. Isso não acontece em país nenhum no
41 mundo. Deveríamos nos preocupar com isso. Acho que esse é o princípio que deveria
42 reger as mudanças. No Brasil, não sabemos como fazer isso. Nem eu, nem você,
43 ninguém sabe, porque nunca fez. Então o que acho é que deveríamos fazer, agora, um
44 esforço, porque a resposta vai vir das redes. Tem estados que já estão se preocupando
45 com isso. E daí, se você for olhar, com orientações políticas bastante distintas, está
46 todo mundo convergindo para isso. Sei lá... tem um consórcio que chama Brasil Central
47 que está querendo fazer um desenvolvimento econômico da região central que junta
48 Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Maranhão. Os
49 governadores reúnem a cada dois meses e passam o dia todo lá tomando decisões
50 sobre um monte de coisa que irão fazer juntos para o desenvolvimento. Fui chamada lá
51 para falar e, perguntei porque a educação não faz parte disso? Está lá o Secretário do
52 Planejamento, das Finanças e o Secretário da Educação não fazia parte. Agora faz. E
53 faz porque se eles não entenderem que vão ter que educar, não vai ter ninguém para

1 operar absolutamente nada do programa que eles estão desenvolvendo. Acho que
2 temos, sim de colocar de um lado com muito cuidado, mas acreditar que isso pode
3 acontecer, e a resposta vai vir dos estados. São os estados que vão proceder às
4 mudanças no ensino médio e os Conselhos Estaduais é que vão fazer um papel
5 bastante importante nisso. A outra coisa que queria dizer é que a questão do notório
6 saber que todo mundo está falando, só para esclarecer, acho que é assim – a Medida
7 Provisória precisa ser esclarecida. Ela teve falha de comunicação do MEC, o MEC
8 poderia ter se empenhado melhor. O notório saber é para ensino profissional. Quer
9 dizer, na hora que vai entrar no ensino profissionalizante, não tem a menor condição de
10 fazerem concurso e incharem mais e contratarem técnicos para darem aulas. É lógico
11 que não vai poder ser assim. Ele vai ter que fazer uma formação, ele vai ter que
12 aprender. Tem que poder existir a possibilidade de você contratar uma pessoa que
13 talvez o curso seja de dois anos ou de cinco ou de dez anos mas não vai ser para a
14 vida inteira”. O **Cons. Jair Ribeiro da Silva Neto** manifestou-se dizendo: “Sou
15 totalmente favorável à Medida Provisória - uma medida corajosa. O que estamos
16 ouvindo é um bando de *achismos* disso e daquilo. A questão da reforma do Ensino
17 Médio é uma questão técnica. Ninguém entende o que é componente ou área. Quer
18 dizer, é uma questão muito técnica que não cabe à população em geral. Ouvir os
19 alunos seria divertido, mas qual é a evidência empírica que os alunos têm de que esse
20 modelo funciona ou não? Aí é que cabe a posição do Conselho, pois nós temos
21 pessoas aqui muito mais habilitadas para dar uma opinião com fundamento e se
22 posicionar. Acho que o Conselho Estadual nosso deveria se posicionar a favor e ir à
23 imprensa e falar assim *nós como Conselho, em função dessas pessoas*. Com todo
24 esse recurso que temos aqui, *nós somos favoráveis a isso* e podemos ter uma ou outra
25 restrição. Nós precisamos ajudar. Esse negócio de falar que o MEC foi ruim na
26 comunicação ... a gente vê o tempo todo, todo mundo é sempre ruim na comunicação,
27 porque é muito difícil comunicar um negócio desse para um país ainda mais em briga
28 como nós estamos agora. É difícilimo comunicar isso. É complicadíssimo. Então muita
29 gente vai falar *o Conselho Estadual analisou a questão e se posicionou*. Nós não
30 somos do governo, não somos PMDB nada. Acho que é importante essa questão de se
31 posicionar porque senão vira igual ao PNE que é uma colcha de retalhos, que ficou
32 anos sendo discutido e mesmo o PEE, nosso, que eu li e acho que tem algumas coisas
33 que são legais, mas que de fato não vão ter efeito prático nenhum porque é uma colcha
34 de retalhos, é uma acomodação de coisas, não vai ter impacto nenhum. Acho que essa
35 Medida Provisória foi corajosa e acho que nós como Conselho temos que dar apoio.
36 Nunca vai ser perfeita, nunca vai atender todas as questões, que mesmo as pessoas
37 aqui querem, quer dizer, têm formações diferentes. Acho que o Conselho deveria
38 formar um pequeno grupo que possa redigir algo nesse sentido”. A **Cons^a Guiomar**
39 **Namo de Mello** disse: “Precisamos recuperar algumas questões técnicas que aqui
40 neste Conselho, de um modo geral, as pessoas vão perfeitamente captar essa
41 questão. Ela é técnica, mas ela não é mistério. Quando fizemos as diretrizes
42 curriculares de 1997 – peço desculpas por voltar nisso, mas não tem jeito, é a única
43 referência possível – nós já tínhamos entrado com a flexibilidade. Eram três áreas.
44 Leiam a Resolução, pelo amor de Deus. Acabei de escrever um artigo sobre *Uma*
45 *Pedagogia para o Ensino Médio*, passei até pra Ana, não sei se ela leu. Mas o que
46 estava escrito nas diretrizes era: tem três áreas, não diz qual é a matéria / disciplina
47 que tem dentro da área, diz quais são as competências que estão envolvidas em cada
48 área, que fica claro que é Matemática ou que é Física ou que é Química, certo? E daí
49 nós dizemos que a escola tem que ter pelo menos uma disciplina de cada área, só, não
50 tem carga horária, não tem nada. Por que isso? Para acabar com Artes e Educação
51 Física? Porque de repente as pessoas se reúnem e dizem *vamos exterminar Arte e*
52 *Educação Física*. É uma discussão muito rasa essa. Pela contextualização eu posso
53 perfeitamente ter uma escola só voltada para Ciências Humanas. Não se trata

1 simplesmente daquela profissionalização que assistimos nos anos 70, com a qual eu
2 concordo perfeitamente. Acho que se trata de um outro tipo. Nós temos que discutir
3 porque nós nunca fizemos, mas se trata de um outro tipo. Como nós tínhamos pensado
4 nas diretrizes de 1997, que uma escola que queira oferecer Enfermagem e Formação
5 de Paramédicos, ela pode ter o mínimo de Sociologia e Filosofia, e ela deverá ter o
6 máximo de Química e de Biologia. Mas isso são pesos. O currículo, neste modelo, ele
7 é um caleidoscópio. Tudo está lá, mas se você virar de um jeito, ele se acomoda de um
8 jeito; se você virar do outro ele se acomoda de outro. A contextualização é isso - se eu
9 quiser, se eu tiver uma escola de alunos do Rio de Janeiro que estão voltados para o
10 Turismo, eu não vou sobrecarregar esses alunos com três anos de Química, eu não
11 preciso disso. É difícil de fazer? É difícil de fazer. Mas se precisamos de alguma
12 política, nós precisamos desta: da capacidade dos nossos diretores, coordenadores
13 pedagógicos e professores. O Cons. Menezes trabalhou nisso. Ele sabe muito bem o
14 que estou dizendo. Isso nunca aconteceu porque nunca, naquele momento, nós demos
15 valor. No próprio governo do meu amigo Paulo Renato nunca foi dado o devido valor ao
16 que nós fizemos no Conselho Nacional de Educação e dado apoio às escolas para que
17 elas pudessem começar a ensaiar alguma coisa nessa direção, de contextualizar as
18 áreas do Ensino Médio em campos do saber que estão ligados a profissões. Porque
19 talvez nós não possamos formar direto Enfermeiros ou Auxiliar de Enfermagem em três
20 anos, mas nós poderemos dar um grande avanço. E a Cons^a Ana entrou com uma
21 questão que não está na Medida Provisória, mas nós temos que recuperar, que é o
22 dispositivo da LDB, de reconhecimento de estudos. Isso já está na Lei e a LDB
23 reconhece. Isso valeria inclusive para a Formação de Professores – eu posso ter um
24 curso normal, eu posso ter um ensino médio contextualizado na formação de
25 competências para docência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental que dê
26 possibilidade de depois o indivíduo fazer o Curso de Pedagogia aproveitando os
27 estudos que ele já fez no ensino médio, que é o que ela está propondo. Quer dizer, o
28 que ela está propondo está previsto em lei, não é nem para fazer proposta nesse
29 momento, era para sentar e dizer como é que vou obedecer esta lei? Como é que vou
30 obedecer para contextualizar a formação do meu aluno em Franca na questão da
31 produção do couro e do calçado e como vou contextualizar a escola de Santa Catarina
32 na criação de suínos. Quer dizer, é um pouco por aí; é região, é campo do saber, isto
33 tudo é contexto e nós temos este mecanismo instituído. Infelizmente nós acabamos
34 com isso. Então, esse modelo curricular – não posso adotar um modelo por áreas e
35 ficar com um resto de obrigatoriedade do que estava na LDB. Estamos caminhando
36 agora com dois sapatos diferentes, mas, em princípio, este modelo que está na Medida
37 Provisória só vai se sustentar se conseguirmos transformar as 1200, 1400 horas ou o
38 que seja, em uma base para contextualizar depois estudos diferentes, mas não para
39 dar outro conteúdo completamente diferente, até porque a Medida Provisória
40 sabiamente já diz que obrigatório em todos os anos é Português, Matemática e Inglês.
41 Então você garantindo essas três, depois você tem, a partir da Base Nacional Comum,
42 escolhas que a escola pode fazer para desenvolver além do que a Base Nacional
43 Comum desenvolve, não fora da Base Nacional Comum, até porque não deve ter nada
44 fora do currículo. O que estiver fora do currículo deve estar em Marte, porque a minha
45 concepção de currículo é que toda e qualquer atividade e pensamento humano cabe
46 ali. Afinal de contas o currículo é um recorte da cultura artística, científica, humanista,
47 econômica, social que a humanidade acumulou. Então esse é o currículo, esse é meu
48 território. Depois tenho que escolher que neste território eu vou avançar com a parte do
49 relevo e não vou avançar com a parte do rio, o rio já ficou garantido na Base Nacional
50 Comum. Então não existe isso de simplesmente empobrecer. Tenho muita clareza do
51 ponto de vista pedagógico de que isto aqui é viável, se nós realmente levarmos a
52 sério”. O **Cons. Luís Carlos de Menezes** disse: “Gostaria de reforçar as palavras da
53 minha companheira Ana Inoue. Nos falta uma política para a juventude e não é só de

1 educação. É de educação, encaminhamento, e esse problema transcende,
2 evidentemente à Medida Provisória e as coisas que foram indicadas, mas também
3 conversa com isso. A ideia da educação profissionalizante tem que ser olhada com
4 cuidado, porque tenho visto escolas profissionalizantes de elite que não tem feito outra
5 coisa senão preparar para a universidade. Por conta de ter proposto, aqui, que os
6 institutos federais formassem professores por conta da sua especialidade, visitei quase
7 todos os institutos federais no tempo em que eles ainda eram CEFET, e descobri que a
8 maioria, mais de 80% dos alunos que faziam cursos profissionalizantes estavam numa
9 boa escola para poder ir para uma universidade, porque eles preparavam melhor.
10 Então é uma outra elite. Acho que há um pensar econômico e político que precisa
11 presidir também nosso pensar educacional. Os onze ou doze milhões de
12 desempregados no Brasil, hoje, não são só desempregos conjunturais. São estruturais.
13 Tem a ver com a mudança do perfil da produção, a indústria não vai voltar a empregar
14 todos que empregavam, porque ao se modernizar ela promove muito mais automação;
15 máquinas e sistemas fazem tudo que é braçal e repetitivo e, portanto, o trabalho digno
16 exige uma formação mais sofisticada, portanto não adianta ali gerar uma
17 profissionalização meia boca, porque você não produz o mercado de trabalho para
18 essa força de trabalho subqualificada. Você vai continuar produzindo subemprego.
19 Portanto, a educação profissional tem que estar associada às condições locais. Você
20 vai pegar Jaraguá do Sul, que visitei por conta do SENAI, você tem ali a *Malwee*
21 empresa de têxteis e a *Weg* que é uma empresa de motores que na realidade
22 constituem a porta de entrada, da porta de saída, da educação profissional local.
23 Agora, criar uma educação profissional generalizada e solta, sem vocação é produzir
24 desemprego de outro tipo. O desinteresse e a evasão do ensino médio hoje não é só
25 porque não profissionaliza, é porque é muito ruim a escola; é desestimulante. É preciso
26 melhorar a qualidade de convívio nessas escolas. Sinto que o debate que estamos
27 fazendo aqui, que está mudando alguns dos meus pontos de vista e estou gostando
28 bastante de ouvir precisa ser aprofundado e levado aos níveis de decisão. Eu temo um
29 pouco com o nosso Congresso. Eu conheço a atual Comissão de Educação do
30 Congresso e isso me dá arrepios. Portanto, também não fico apaixonado simplesmente
31 por possuir leis e quem é que vai produzi-las. Vivemos um momento muito delicado a
32 questão do país está polarizado por razões políticas, vai interferir nesse debate, já está
33 interferindo, nesse debate deste Conselho e nós educadores precisamos de uma visão
34 mais panorâmica, mais uma grande angular para enxergarmos a economia, a
35 educação e particularmente desenvolvermos políticas para a juventude que nós de fato
36 não temos”. O **Cons. Décio Lencioni Machado** assim se manifestou: “Acho importante
37 e quero ratificar e concordar com a fala do Cons. Jair, da coragem, da necessidade que
38 enxergo com relação à essa Medida Provisória, porque foi uma forma de trazermos
39 este assunto para uma discussão imediata. Nós mesmos estamos aqui nesse primeiro
40 momento, nessa primeira oportunidade quero crer por quase duas horas discutindo
41 sobre o tema e independente de suas eventuais falhas, omissões, enganos, que
42 acredito serão superados, com discussões e debates como este e outros que ocorrerão
43 sobre o tema. Acredito que, na linha do que a Profª Ana Inoue colocou, uma coisa que
44 me preocupa muito com relação à Medida Provisória ou com relação às medidas
45 provisórias, que quando editada uma medida provisória, normalmente, também é
46 trazido à baila a questão da falta de transparência para aquele tema que está sendo
47 discutido ou que está sendo editado mediante medida provisória, que não é o caso aqui
48 e já li e ouvi mais de uma vez que *tendo em vista ser editada medida provisória* parece
49 que está sendo editada para discutir um tema por falta de transparência, que foi
50 editada na calada da noite, que foi editada nos corredores, o que não é verdade, pois é
51 um tema que já vem sendo discutido como a Profª Ana colocou, desde 2013, pelo
52 menos. E aí, na linha do Prof. Jair, absolutamente necessária a Medida Provisória e
53 acho que se este Conselho tiver oportunidade de se manifestar e afastarmos essa

1 eventual falta de transparência por ter sido tratado o tema através da edição de uma
2 medida provisória, acho que é importante, porque nós não podemos deixar esse tema
3 esfriar por questões nem burocráticas e muitas vezes legais pelo fato de ter sido uma
4 medida provisória. Acho que não serve para este caso. E por fim, só também para não
5 deixar passar, fico absolutamente entristecido e preocupadíssimo quando eu realmente
6 me deparo com uma ação direta de inconstitucionalidade, onde trata esse tema, como
7 o Prof. Poli colocou, por não ser um tema nem urgente e nem relevante e aí
8 infelizmente não sabemos qual o desfecho desta ação que também não podemos
9 ignorar”. O **Cons. Francisco José Carbonari** assim se manifestou: “Estou muito
10 confuso, mesmo porque estou numa posição de gestor neste momento e me pergunto:
11 o que vou fazer com isso? É uma questão muito importante. Foi editada a Medida
12 Provisória, ela provocou uma discussão geral, isso teve seu papel importante. Ao
13 mesmo tempo temos esse pedido ADIM, no Supremo, de um advogado de São
14 Bernardo do Campo (informação do Cons. Poli). Temos todas as movimentações das
15 corporações. O Fórum Nacional de Educação está muito atento e pedindo e levantando
16 um grande movimento para que o governo retire a Medida Provisória e o que sinto é
17 uma grande confusão com relação a essa questão. As pessoas estão falando coisas,
18 absolutamente sem o menor sentido. Uma grande confusão. Coisas absolutamente
19 desconectadas. Concordo com a Cons^a Ana quando diz que a discussão está
20 contaminada pelo momento político, ou seja, o momento político contamina essa
21 discussão. Na conversa com a Cons^a Bernardete e o Cons. Poli, hoje pela manhã,
22 quando falamos sobre essa questão, comentamos que as pessoas perguntam você é a
23 favor ou contra a medida provisória? Não se propõe a questionar o que trata a Medida
24 Provisória, mas sim se é a favor ou contra. Isso mostra o reflexo do momento político
25 que está contaminando a discussão. Então, acho que nós, enquanto Conselho,
26 devemos ter um posicionamento de por um pouco de ordem nessa discussão e fazer
27 uma manifestação preliminar, porque na verdade, a grande ação a ser feita na
28 reestruturação do Ensino Médio, se ele vier a acontecer, será pelos Estados. Não tem
29 discussão sobre isso. São eles que são responsáveis pelo Ensino Médio dentro da
30 estrutura, como toda a normatização de como deverá funcionar essa eventual
31 flexibilização é remetida para a normatização dos Conselhos Estaduais de Educação.
32 Acho que o Conselho poderia pensar na possibilidade de ter uma manifestação no
33 sentido de dar um pouco de tranquilidade, não para os movimentos corporativos, que
34 não querem tranquilidade, pelo contrário, eles querem a polarização, mas para o
35 conjunto da sociedade”. A **Cons^a Guiomar Namó de Mello** pediu um aparte para
36 informar que a TV Cultura vai fazer 3 noites de discussão sobre Ensino Médio. Vão
37 colocar primeiro no *Youtube* e depois vão editar para outros tipos de veiculação na
38 mídia e vai terminar com uma roda-viva com o ministro, a respeito do Ensino Médio.
39 Acha que essa vai ser uma boa oportunidade. Vai ser TV aberta. O **Cons. Francisco**
40 **José Carbonari** disse que não sabe qual a audiência da TV Cultura, mas acha uma
41 boa opção. “Acredita que uma manifestação do Conselho, tentando conciliar o que o
42 Cons. Jair falou, no sentido de dizer que ‘não é tudo isso que estão falando’. O Estado
43 vai normatizar tudo isso e vai trabalhar essa questão. Temos que dizer, com clareza
44 que o Ensino Médio não pode ficar do jeito que está. Que o Estado deve normatizar
45 essa questão e que a população deve ter um pouco de tranquilidade na análise,
46 mesmo porque nada do que está sendo proposto é para ser colocado em vigor,
47 amanhã. As pessoas estão falando como se em janeiro de 2017, o ensino Médio não
48 vai ter mais Filosofia, não vai ter mais Artes, não vai ter mais Educação Física e vai
49 ficar sucateado. Comentou que o CEE tem que fazer uma manifestação que além de
50 tranquilizar, oriente a população, sem discutir muito o mérito dessa questão”. A **Cons^a**
51 **Rose Neubauer** comentou que uma coisa que estabelece uma certa reflexão, no art.
52 36 da LDB, tem vários incisos e ele estabelece no parágrafo 12 que os cursos
53 profissionalizantes têm que estar no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Certo?

1 Então isso já estabelece alguns limites muitos definidos. Permite a possibilidade
2 experimental, mas avisa que tem um prazo para cumprir, de 3 anos e não é tão fácil
3 assim. Para ele ser experimental, ele tem que ser reconhecido pelo CEE. Com isso ele
4 já estabeleceu alguns limitadores, que de certa forma são importantes, mas também
5 são impeditivos. Não fica na aventura de uma escola querer dar um curso de “funk”, por
6 exemplo. Quer dizer pode ampliar seu currículo, poder implementar sua área de Arte.
7 Acho importante essa colocação do Catálogo Nacional dos Cursos porque isso dá uma
8 orientação para onde ir e o que fazer. Já tem uma base que não tinha nos anos 70 e
9 80”. A **Cons^a Débora Gonzalez Costa Blanco** disse “o professor Carbonari falou uma
10 coisa muito importante e acho que eu preciso trazer a visão do que está acontecendo
11 lá na rede. É a questão da tranquilidade, de passar tranquilidade para as escolas, para
12 as pessoas que estão hoje trabalhando na linha de frente, e que eu gosto muito de
13 lembrar deles. Então, toda essa discussão refletiu numa fragilidade muito grande para
14 o nosso cotidiano lá nas nossas escolas. Hoje nós não temos esclarecimentos
15 suficientes para combater essa organização que está acontecendo nas escolas e nos
16 nossos municípios, de pessoas que estão assumindo a liderança para promover essa
17 discussão. São sindicatos, interesses corporativistas, pessoais e nós estamos
18 precisando de um pouco de tranquilidade, ter, talvez, uma discussão maior sobre isso.
19 Ao contrário do que foi dito aqui, nós precisamos tirar a pressão da escola. Como?
20 Deixando eles se manifestarem. Eles precisam se manifestar. Nós estamos sentados
21 num barril de pólvora e isso precisa ser esvaziado, mas pela válvula correta, não pelas
22 válvulas de escape. São pessoas que estão assumindo a liderança dessa discussão de
23 uma maneira, assim, convocando para um ativismo, pelo ativismo, sem o mínimo de
24 conhecimento teórico do que está acontecendo e depois do domingo das eleições, que
25 é o que está segurando um pouco, as coisas vão ficar bastante complicadas, porque já
26 têm reuniões marcadas em Sindicatos, convocando pais, alunos, professores e com...
27 a gente percebe que o que permeia tudo isso é o pânico, o medo de que vai perder
28 aula, que vai ficar sem emprego porque eu defendo o meu professor e ao mesmo
29 tempo eles querem mudança. Então, eu acho que nós precisamos tirar a pressão. Fala
30 em gestão democrática e então precisamos ouvir. Nós precisamos assumir a liderança
31 desse debate, dessa discussão e deixar falar, porque vai demorar para resolvermos
32 isso e, enquanto isso, nós temos que assumir essa liderança e deixar essa discussão
33 fluir. Então, eu só queria trazer um pouco o que está acontecendo lá na linha de frente.
34 Nós estamos bastante fragilizados com isso e a gente precisa se fortalecer. A
35 Presidência informou que estava encerrando as inscrições porque o tempo já estava
36 ultrapassado. O **Cons^o. Francisco Antonio Poli** comentou: “estou bastante contente
37 com tudo que ouvi. Acho que a análise foi muito bem feita por parte de todos que se
38 manifestaram. Tocaram em pontos muito interessantes. Imagino que se este Conselho
39 tivesse sido ouvido para emissão dessa Medida Provisória ela teria saído muito melhor,
40 com certeza. Ficou claro para todos nós que vai sobrar, no bom sentido, para nós,
41 sistemas. Porque os sistemas estaduais é que vão definir a lei do Distrito Federal.
42 Então temos que analisar de acordo com a nossa realidade. Me parece que aqui é
43 absolutamente consensual, aliás, é unanimidade é a necessidade, a importância de se
44 mudar o Ensino Médio tal qual como ele existe hoje. Portanto, não podemos abrir mão
45 disso. Como fazer isto, é o que precisamos ver. Também ficou muito bem claro, aqui; a
46 urgência e relevância dessa matéria. Não dá para esperar mais. Não pode esperar
47 mais. Acho que temos que nos manifestar, como já foi dito aqui por alguns
48 Conselheiros; que o Conselho não pode apenas fazer essa discussão – tem que deixar
49 claro que ele apoia a Medida Provisória com todas observações feitas e aí vamos fazer
50 o resumo de tudo que foi dito aqui. Mas tem que mostrar esse “apoio”, porque há uma
51 tendência geral de não haver um apoio, à medida que a matéria está sendo dominada
52 por quem não é do ramo ou porque tem outros interesses por trás disso, principalmente
53 interesses políticos partidários. A minha proposta é exatamente esta: que nós façamos

1 uma Moção de Apoio com as observações (todas) que foram apresentadas aqui, mas
2 queria apresentar mais coisa que não sei se dá para fazer tudo isso em cima disso: que
3 tudo isso só pode valer para os alunos novos, ou seja, para quem vai entrar no ensino
4 Médio a partir da aprovação das alterações. Tem que dar segurança para esse
5 pessoal. Entendo que se isso for implantado a partir de 2018, quem estiver no 2º ano
6 no ano de 2018, pode ser “prejudicado” porque poderia ter ganhos com essa nova
7 proposta, mas a segurança jurídica é muito importante. O simples fato dos pais e dos
8 alunos saberem que enquanto estão cursando não estarão sujeitos a essas alterações,
9 isso tranquiliza bastante a rede e acho que também é uma questão de justiça. Deixar
10 bem claro que é unânime o fato de que tem que mudar o Ensino Médio”. A
11 **Presidência** disse que “infelizmente estamos acostumados neste país a não discutir
12 as questões num contexto. Essa Medida Provisória só tem sentido se for lida com a
13 LDB, do lado. Estou achando que se nós fizéssemos uma manifestação de apoio sem
14 analisar item por item, e no contexto da LDB, e da necessidade de uma mudança seria
15 uma manifestação um tanto genérica. Estou pondo uma dúvida. Sugiro ao Senhor Sub-
16 Secretário da Educação, que encaminhe ao Senhor Secretário da Educação, porque
17 ele tem meios de enviar para a rede, um comunicado esclarecendo os seguintes
18 pontos: a Medida Provisória ainda será discutida no Congresso Nacional. Essa
19 discussão será ampla e a implementação disso não está prevista para agora e quando
20 ela for realmente implementada e, ser for modificada no Congresso, terá que se
21 verificar como é que se ajusta ao Estado de São Paulo, especificamente, a partir de
22 uma análise aqui do Conselho Estadual de Educação. Um dos méritos que vejo nessa
23 Medida Provisória é que se remete aos Conselhos Estaduais de Educação muitas das
24 questões, porque são os estados que terão que manejar os detalhes e as ênfases que
25 não cabem numa Lei. Tudo isso aqui incorpora na Lei de Diretrizes e Bases da
26 Educação Nacional e não deve ter detalhamentos absurdos que caberiam aos estados
27 fazerem nos seus respectivos cenários e conjunturas”. A **Presidência** colocou em
28 discussão, o encaminhamento a ser dado à questão. **Cons. Francisco Antonio Poli**
29 sugeriu fazer uma Moção de Apoio com as observações e restrições apresentadas
30 pelos Conselheiros, mas queria acrescentar que tudo isso só pode valer para os alunos
31 novos. Disse “o texto que nós temos hoje é esse. Se na semana que vem vai haver
32 uma alteração, não sei. O que eu acho é que o Conselho Estadual de Educação do
33 Estado de São Paulo não pode ficar esperando as coisas acontecerem para se
34 manifestar - ele tem que sair antes. Com todas estas sugestões, que irão auxiliar e
35 engrandecer o debate, o que é preciso deixar claro é que antes que nos atropelem e
36 que antes que outros Conselhos Estaduais de Educação se sintam intimidados por
37 questões políticas partidárias e resolvam até não avançarem nesta discussão, é
38 preciso deixar claro que o Estado de São Paulo, que o Conselho Estadual de Educação
39 de São Paulo apoia a Medida; que teve a coragem de fazer isso; e que isso é urgente e
40 relevante. Nós temos as observações a serem feitas para que ela fique ainda melhor”.
41 A **Consª Ana Amélia Inoue** sugeriu que ao invés de “Moção de Apoio”, usasse a
42 expressão “Manifestação do Conselho Estadual de São Paulo em relação à Medida
43 Provisória”. A **Consª Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede** disse “são duas
44 coisas bem distintas. Uma coisa é a Moção de Apoio à Medida Provisória e isso
45 pressupõe todo seu conteúdo. Quanto a isso, eu tenho minhas restrições. Do ponto de
46 vista da necessidade de reformulações no Ensino Médio, considero que todos
47 convergem com relação a isso. Depende de como vai ser construído esse texto e se o
48 CEE vai ter fôlego, até a próxima semana, para elaborar uma análise profunda com
49 relação ao impacto da realidade do Estado de São Paulo. O **Cons. Hubert Alquéres**
50 disse que assim que leu a Medida Provisória redigiu um pequeno texto que é bem na
51 direção do que está sendo discutido aqui. Vai adaptá-lo e poderá ser usado como
52 primeira contribuição para o início de uma manifestação do CEE. A **Consª Rose**
53 **Neubauer** sugeriu que o **Cons. Francisco Antonio Poli** fizesse um breve resumo das

1 considerações ocorridas aqui no Plenário e ele se dispôs a fazer, desde que tivesse a
2 transcrição das falas. A **Consª Guiomar Namó de Mello** disse que é importante
3 registrar nessa manifestação que este Conselho quer debater este assunto do ponto de
4 vista institucional, pedagógico e quer escapar dessa armadilha de polarização política.
5 A **Presidência** solicitou que o **Cons. Hubert Alquéres** enviasse o texto para todos os
6 Conselheiros e aqueles que quiserem se manifestar poderão fazê-lo. Estando o
7 documento consolidado será discutido na próxima sessão. **04. PALAVRA ABERTA**
8 **AOS CONSELHEIROS:** o **Cons. Jair Ribeiro da Silva Neto** falou sobre o Programa
9 de Escola Integral em Pernambuco. Tem acompanhado o processo e também a
10 questão de Pernambuco da idade/série que é grande; tem muitas variáveis que devem
11 ser levadas em consideração para comparar um sistema com o outro, inclusive a *renda*
12 *per capita* de Pernambuco é quase 1,3% da renda de São Paulo. Analisando a
13 proficiência de São Paulo, este caiu de 2013 para cá. São Paulo melhorou no fluxo,
14 enquanto Pernambuco tem mostrado um crescente ganho na proficiência, inclusive, a
15 proficiência do Ensino Médio em Pernambuco é maior que a de São Paulo. Hoje 40%
16 da rede estadual de Pernambuco tem um modelo de ensino integral que não é
17 necessariamente igual ao nosso. Eles fizeram determinados ajustes que inclusive estão
18 sendo discutidos pela SEE, alguns ajustes para reduzir a carga horária, para melhorar
19 a estrutura de custo. Se pegar só a rede de Ensino Integral de Pernambuco, o Ideb
20 dela é 4,6%. No dia 19/10 teremos aqui a apresentação da Consultoria *Bain* e do
21 Instituto Natura que fará um Estudo referente à Escola em Tempo Integral que analisa
22 mais a questão financeira, do ponto de vista se é possível chegar-se a uma
23 universalização, pelo menos parcial nos estados. Disse já ter visto esse estudo e que
24 num período de 20 anos é possível pensar que 50% ou 60% da rede ensino integral
25 para um estado como a de São Paulo. A **Consª Guiomar Namó de Mello** disse que
26 gostaria de lembrar que o Estado de São Paulo, desde que a **Consª Rose Neubauer**
27 esteve na SEE, ele já tem um período estendido. São Paulo tem uma carga horária
28 maior no ensino médio do que o resto do Brasil. Só que ele tem para todos os alunos.
29 É diferente. Em 20 anos, acredita que o Brasil inteiro vai ter crianças na escola, como
30 deveria ser, ou seja, de manhã e à tarde. Não é em período integral. A escola tal qual
31 ela deve ser. Disse que queria fugir desse debate, porque está cansada das pessoas
32 falarem, como se ela nunca tivesse ouvido, e que não soubesse, que se a criança
33 pudesse ficar o dia todo na escola iria melhorar seu desempenho. Comentou que a
34 impressão que dá é de que ela é contra o ensino integral. Ela disse não ser contra o
35 período e nem ser contra o ensino integral ela é contra o fato de ele ser privilégio só
36 para alguns alunos. É a favor do ensino integral para todos. A **Consª Sylvia**
37 **Figueiredo Gouvêa**, a respeito do documento do Fórum sobre o regime de
38 colaboração, questionou se a Presidência queria que ela fizesse a compatibilização
39 dele com a atual legislação do Conselho. A **Senhora Presidente** disse que já solicitou
40 às Conselheiras Maria Cristina Barbosa Storópoli e Ghisleine Trigo Silveira que
41 discutissem os assuntos nas Câmaras e apurassem o que é pertinente ou não ser
42 encaminhado ao Fórum. A **Consª Rose Neubauer** perguntou de que documento
43 estavam falando e a Presidência respondeu que se trata de um termo de entendimento
44 entre os Conselhos Estaduais de Educação sobre o funcionamento de educação a
45 distância nos cursos de ensino médio. **05. MATÉRIA DELEGADA: 5.1)** Indicação de
46 Especialistas da CEB e da CES para os **Procs. CEE n.ºs** 78/2015; 218/2015;
47 127/2014; 038/2016; 536/2001; 539/2001; 603/2006; 740/2000; 208/2015. **5.2)**
48 Pareceres aprovados em 21-9-16 nos termos da Deliberação CEE nº 30/03. **Proc. CEE**
49 **026/2016** _ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza / FATEC Botucatu.
50 **Parecer 291/16** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Francisco de
51 Assis Carvalho Arten. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação
52 CEE nº 99/2010, o pedido de Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em
53 Análise e Desenvolvimento de Sistemas, oferecido pela FATEC Botucatu, do Centro

1 Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, pelo prazo de três anos. 2.2 O
2 presente reconhecimento tornar-se-á efetivo por ato próprio deste Conselho, após
3 homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. **Proc. CEE**
4 **036/2016** _ Universidade de Taubaté. **Parecer 292/16** _ da Câmara de Educação
5 Superior, relatado pelo Cons. Décio Lencioni Machado. Deliberação: 2.1 Aprova-se,
6 com fundamento na Deliberação CEE nº 99/2010, o pedido de Renovação do
7 Reconhecimento do Curso de Jornalismo, da Universidade de Taubaté, pelo prazo de
8 cinco anos. 2.2 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato
9 próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado
10 da Educação. **Proc. CEE 043/2012** _ Reatuado em 29/02/16 - Centro Universitário de
11 Adamantina. **Parecer 293/16** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons.
12 Hubert Alquéres. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE nº
13 99/2010, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso de Agronomia,
14 oferecido pelo Centro Universitário de Adamantina, pelo prazo de cinco anos. 2.2 A
15 presente Renovação do Reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste
16 Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação.
17 **Proc. CEE 341/2005** _ Reatuado em 04/04/16 _ Centro Universitário das Faculdades
18 Associadas de Ensino de São João da Boa Vista. **Parecer 294/16** _ da Câmara de
19 Educação Superior, relatado pelo Cons. Francisco José Carbonari. Deliberação: 2.1
20 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE nº 99/2010, o pedido de Renovação
21 do Reconhecimento do Curso de Administração, do Centro Universitário das
22 Faculdades Associadas de Ensino de São João da Boa Vista, pelo prazo de cinco
23 anos. 2.2 A Instituição deverá observar as recomendações elencadas pelos
24 Especialistas referente a biblioteca, com a finalidade de aperfeiçoar a qualidade do
25 Curso oferecido. 2.3 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por
26 ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de
27 Estado da Educação. **Proc. CEE 517/2008** _ Reatuado em 28/03/16 _ UNICAMP /
28 Faculdade de Tecnologia de Limeira. **Parecer 295/16** _ da Câmara de Educação
29 Superior, relatado pelo Cons. José Rui Camargo. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com
30 fundamento na Deliberação CEE nº 99/2010, o pedido de Renovação do
31 Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações,
32 oferecido pela Faculdade de Tecnologia de Limeira, da Universidade Estadual de
33 Campinas, para fins de expedição de diploma para os alunos atualmente matriculados
34 no Curso. 2.2 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato
35 próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado
36 da Educação. **Proc. CEE 553/2005** _ Reatuado em 08/04/16 _ Escola Paulista da
37 Magistratura. **Parecer 296/16** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons.
38 José Rui Camargo. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE
39 nº 05/1998, o pedido de Recredenciamento da Escola Paulista da Magistratura, pelo
40 prazo de cinco anos. 2.2 O presente recredenciamento tornar-se-á efetivo por ato
41 próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado
42 da Educação. **Proc. CEE 606/2006** _ Reatuado em 13/07/16 _ Escola Superior de
43 Advocacia da OAB / SP. **Parecer 297/16** _ da Câmara de Educação Superior, relatado
44 pelo Cons. José Rui Camargo. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na
45 Deliberação CEE nº 108/2011, as alterações propostas no projeto do Curso de
46 Especialização em Direito Previdenciário, aprovado pelo Parecer CEE nº 553/2006. 2.2
47 Toma-se conhecimento da nova turma para o ano de 2016. 2.3 A Instituição deverá
48 elaborar Relatório Final circunstanciado sobre o Curso, mantendo-o em seus arquivos
49 para efeito de futura avaliação deste Conselho. **06) PAUTA:** Deliberações da 2615^a,
50 Sessão Plenária realizada em 28-9-2016. **Proc. CEE 223/2015** – Reatuado em
51 10/06/16 _ Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. **Parecer 298/16** _ da
52 Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Francisco José Carbonari foi
53 aprovado por unanimidade. Deliberação: **2.1** Autoriza-se, com base na Deliberação

1 CEE nº 102/2010, vigente à época, o Curso de Bacharelado em Psicologia, da
2 Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, com vinte vagas anuais em período
3 integral. **2.2** A presente autorização tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho,
4 após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. **Proc. DER**
5 **São Bernardo do Campo Nº 189/0027/2016.** Interessado: Lucas Utchuk Caldeira de
6 Oliveira. Relator: Cons. Décio Lencioni Machado – CLN, foi retirado de pauta pelo
7 Cons. Hubert Alquéres que pediu vista por duas sessões. **OBS:** o **Proc. CEE Nº**
8 **254/2012.** Interessado: Colégio Cruzeiro do Sul. Relatora: Cons^a Sylvia Gouvêa – CEB;
9 o **Proc. CEE Nº 291/2013.** Interessado: Centro Estadual de Educação Tecnológica
10 Paula Souza. Relatora: Cons^a Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede – CEB; e o
11 **Proc. CEE Nº 117/2016.** Interessada: Faculdade de Educação Paulistana /SP. Relator:
12 Cons. Décio Lencioni Machado – CES, pelo adiantado da hora foram adiados para a
13 sessão do dia 05 de outubro. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e quarenta e
14 cinco minutos, a Senhora Presidente declarou encerrada a Sessão. Eu, Aurea Maia
15 Egéa, lavrei, datei e assinei a presente Ata que, após lida e achada conforme, foi
16 assinada pelos presentes. São Paulo, 28 de setembro de
17 2016.....
18 Bernardete Angelina Gatti.....
19 Ana Amélia Inoue.....
20 Débora Gonzalez Costa Blanco.....
21 Décio Lencioni Machado.....
22 Francisco Antonio Poli.....
23 Francisco José Carbonari.....
24 Guiomar Namó de Mello.....
25 Hubert Alquéres.....
26 Jacintho Del Vecchio Júnior.....
27 Jair Ribeiro da Silva Neto.....
28 João Otávio Bastos Junqueira.....
29 José Rui Camargo.....
30 Luís Carlos de Menezes.....
31 Maria Elisa Ehrhardt Carbonari.....
32 Maria Lúcia Franco Montoro Jens.....
33 Priscilla Maria Bonini Ribeiro.....
34 Roque Theóphilo Junior.....
35 Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede.....
36 Rose Neubauer.....
37 Sylvia Figueiredo Gouvêa